

Filosofia

Política,

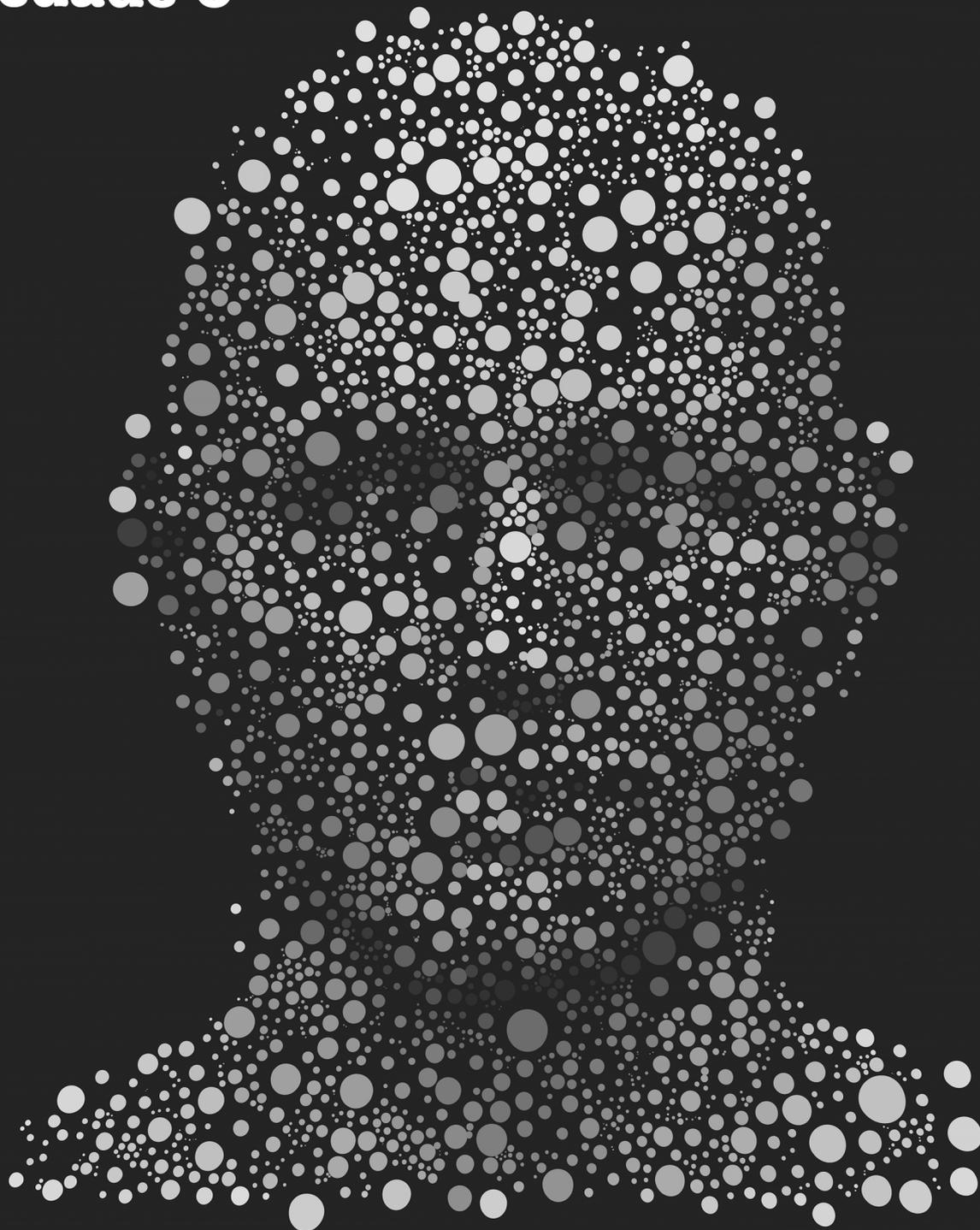
Educação,

Direito e

Sociedade 6

Atena
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 6 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-099-5

DOI 10.22533/at.ed.995190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904021	
CAPÍTULO 2	13
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE EM GOIÁS	
Kênia Guimarães Furquim Camargo Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida Márcia Campos Moraes Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904022	
CAPÍTULO 3	24
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PESQUISAS STRICTO SENSU DO BRASIL	
Rayane de Jesus Santos Melo Milena Ross do Nascimento da Silva Mary Cidia Monteiro Sousa Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904023	
CAPÍTULO 4	37
A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE DIDÁTICA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “DR. CARDOSO DE ALMEIDA” – BOTUCATU-SP (1953-1975).	
Laiene Okimura Kadena Leonardo Marques Tezza Rosane Michelli de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9951904024	
CAPÍTULO 5	49
ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado Paula da Silva Vidal Cid Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9951904025	
CAPÍTULO 6	64
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA	
Antonia de Abreu Sousa Elenilce Gomes de Oliveira Maria das Dores Viterbo Pereira Rhayane Hetley Santos de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904026	
CAPÍTULO 7	74
A PRÁTICA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	
Nadja Regina Sousa Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904027	

CAPÍTULO 8	80
FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E ENSINO RELIGIOSO: ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	
Fernanda Batista do Prado Nilce Vieira Campos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904028	
CAPÍTULO 9	92
FORMAÇÃO DOCENTE: SABERES E DILEMAS	
Daniela Fernandes Rodrigues Farbênia Kátia Santos de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.9951904029	
CAPÍTULO 10	102
PROFESSORES INICIANTES E SUA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAÇÃO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040210	
CAPÍTULO 11	115
A CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO TECNOLÓGICO E O DESAFIO ÀS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO AMAZONAS	
Maria do Carmo Ferreira de Andrade Ana Cláudia Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.99519040211	
CAPÍTULO 12	126
TECNOLOGIA E PEDAGOGIA NO ENSINO A DISTÂNCIA DE ENGENHARIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO	
Manuel Gradim de Oliveira Gericota André Vaz da Silva Fidalgo Paulo Alexandre Duarte Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040212	
CAPÍTULO 13	135
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFESSORES	
Ricardo Rafaell da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.99519040213	
CAPÍTULO 14	140
TECNOLOGIA NA SALA DE AULA: CONHECENDO OS ENTRAVES	
Mônica Izilda da Silva Adriana Vaz Eféisio Emanuel Marianna Centeno Martins de Gouvêa	
DOI 10.22533/at.ed.99519040214	

CAPÍTULO 15 147

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Priscilla Aparecida Santana Bittencourt
João Pedro Albino

DOI 10.22533/at.ed.99519040215

CAPÍTULO 16 152

O USO DE VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM QUÍMICA

Cezar Nonato Bezerra Candeias
Luis Henrique Pereira de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.99519040216

CAPÍTULO 17 162

ADAPTAÇÕES NO USO DOS JOGOS DIDÁTICOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EM TURMAS DE 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO MUNICIPAL DE FORTALEZA

Eliziete Nascimento de Menezes

DOI 10.22533/at.ed.99519040217

CAPÍTULO 18 169

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO DIGITAL: UMA PERCEPÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL

Valéria Pinto Freire
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho
Luciano Matos Nobre

DOI 10.22533/at.ed.99519040218

CAPÍTULO 19 191

ABORDAGEM METODOLÓGICA DE CHARGES EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA

Ana Kécia da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.99519040219

CAPÍTULO 20 197

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EM PSICOPEDAGOGIA: AS DIFICULDADES DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Gabriella Rossetti Ferreira
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040220

CAPÍTULO 21 208

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO TÉCNICO: OLHARES, QUESTIONAMENTOS E CAMINHOS

Denise de Almeida Ostler
Eduardo Calsan

DOI 10.22533/at.ed.99519040221

CAPÍTULO 22 216

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO MESTRADO PROFISSIONAL: CONCEITOS, PRÁTICAS E CAPACIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO OS MESTRANDOS

Adilene Gonçalves Quaresma

Ari Silva Gobira

Eva Prado

DOI 10.22533/at.ed.99519040222

CAPÍTULO 23 230

LÍNGUA OU LÍNGUAS PORTUGUESAS? A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

Alexandre António Timbane

Zacarias Alberto Sozinho Quiraque

DOI 10.22533/at.ed.99519040223

CAPÍTULO 24 251

O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE

Amílcar Célio França Pessoa

DOI 10.22533/at.ed.99519040224

CAPÍTULO 25 263

UMA VIVÊNCIA INTERDISCIPLINAR DA HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DO RAP E DA POESIA.

Andrey Soares Pinto

Mariana Aragão de Macêdo

Jéssica Laine Ramos Tavares

DOI 10.22533/at.ed.99519040225

CAPÍTULO 26 268

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA X EVASÃO ESCOLAR: entre o utopismo dialético e a distopia atual

Sandro José Costa Rebouças

Catarina Angélica Antunes da Silva

Bruno Chagas Carneiro

Gilson de Sousa Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.99519040226

CAPÍTULO 27 276

AÇÃO EDUCATIVA E REFORMADORA EM PORTUGAL: A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO

Cássia Regina Dias Pereira

DOI 10.22533/at.ed.99519040227

CAPÍTULO 28 290

APRENDIZAGEM: COMO EDUCADORA E EDUCADOR SOCIAL, O QUE É FUNDAMENTAL SABER SOBRE O TEMA?

Juliana dos Santos Rocha

Marlise Silva Lemos

Tamires Pinto Alves

DOI 10.22533/at.ed.99519040228

CAPÍTULO 29 302

ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA UTILIZADOS EM CATALÃO, GOIÁS

Suelen Oliveira
Ana Flávia Vigário

DOI 10.22533/at.ed.99519040229

CAPÍTULO 30 314

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA NAS PRÁTICAS ESCOLARES DO ENSINO BÁSICO CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA “PARA/COM” CRIANÇAS

Natalia Barboza Netto

DOI 10.22533/at.ed.99519040230

CAPÍTULO 31 325

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS POLITICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 2013 - 2016

Maria Judivanda da Cunha
Bernardino Galdino de Senna
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araujo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.99519040231

CAPÍTULO 32 333

GÊNERO TEXTUAL ORAL DA ESFERA RELIGIOSA: ESTUDO DA PREGAÇÃO

Angélica Prestes Rosas
Letícia Jovelina Storto
Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040232

CAPÍTULO 33 342

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO PROJETO ESCOLA LABORATÓRIO: DIALÓGOS E APROPRIAÇÕES MEDIADOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Mayara Broxado Dias
Marise Marçalina de Castro Silva Rosa
Ilana Fernandes da Silva
Natalia Ribeiro Ferreira
Cláudia Andréia dos Santos Cardoso
Vandercléia de Jesus Sousa Martins
Dinair da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.99519040233

CAPÍTULO 34 349

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO ESTRATÉGIA PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Herika Paiva Pontes
Luana de Sousa Oliveira
Rafaela Lima Nascimento
Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim
Geraldo Bezerra da Silva Júnior
Mirna Albuquerque Frota

DOI 10.22533/at.ed.99519040234

CAPÍTULO 35 357

ENSINO APRENDIZAGEM DE FUNÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS

[Jefferson Dagmar Pessoa Brandão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040235

CAPÍTULO 36 367

UM ESTUDO SOBRE O MATERIAL APOSTILADO NO ENSINO FUNDAMENTAL: NA VISÃO DOS ALUNOS

[Sônia Aparecida Siquelli](#)

[Carlos Eduardo Negrão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040236

CAPÍTULO 37 376

“EU TROPEÇO, MAS NÃO DESISTO”: CONDIÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS QUE JUSTIFICAM A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES DE REDES PÚBLICAS E PRIVADAS NA PROFISSÃO

[Rodnei Pereira](#)

[Luciana Andréa Afonso Sigalla](#)

[Lisandra Marisa Príncipe](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040237

SOBRE A ORGANIZADORA..... 388

AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS

Pabliane Lemes Macena Novais

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de
Campo Grande

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Cristiane Portela Pereira

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de
Campo Grande

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

RESUMO: Este artigo surgiu a partir de um interesse comum entre as autoras sobre o tema *formação de professores*, uma vez que, como profissionais atuantes na Educação Básica, é fundamental conhecer quais são as políticas atuais para a formação de professores da educação infantil e das classes de alfabetização que a Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS tem oferecido aos profissionais que atuam nestas salas de aula. Nosso objetivo, como pesquisadoras, foi descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental) são suficientes para garantir profissionais qualificados, atualizados e, principalmente, valorizados. O artigo discute

divide-se em três partes, nas quais procuramos analisar as oportunidades de formação continuada oferecidas pelo município nos dois cenários apontados no início, desvelando qual a contribuição ou insuficiência destas formações tanto para os professores iniciantes como para os professores com mais tempo de carreira. Finalizamos com uma análise crítica das políticas de formação oferecidas aos professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS.

PALAVRAS – CHAVE: Políticas de Formação Continuada– Professores – Alfabetização

ABSTRACT: This article arose from a common interest among the authors on the topic of teacher education, since, as professionals working in Basic Education, it is fundamental to know the current policies for the training of teachers of early childhood education and classes of literacy that the Municipal Education Network of Campo Grande - MS has offered to the professionals who work in these classrooms. Our objective, as researchers, was to find out the role of teacher education in the Municipal Education Network of Campo Grande - MS, if there has been continuity in the policies adopted by the Municipal Education Department and also, if the actions developed in the two scenarios here (Kindergarten and Elementary School Literacy) are sufficient to guarantee qualified, updated

and, above all, valued professionals. The article discusses is divided in three parts, in which we try to analyze the opportunities of continuous training offered by the municipality in the two scenarios pointed out at the beginning, revealing what the contribution or insufficiency of these formations for both beginner teachers and teachers with more time of career. We conclude with a critical analysis of the training policies offered to the teachers of the Municipal Education Network of Campo Grande - MS.

KEY WORDS: Continuing Education Policies - Teachers – Literacy.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir de um interesse comum entre as autoras sobre o tema *formação de professores*, uma vez que, como profissionais atuantes na Educação Básica, é fundamental conhecer quais são as políticas atuais para a formação de professores da educação infantil e das classes de alfabetização que a Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS tem oferecido aos profissionais que atuam nestas salas de aula.

Nosso objetivo, como pesquisadoras, é descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental) são suficientes para garantir profissionais qualificados, atualizados e, principalmente, valorizados.

Partimos do entendimento de que a formação dos professores, inicial ou continuada de todas as etapas de ensino, tem sido apontada como um fator de essencial importância na melhoria da qualidade da educação. Nóvoa entende a formação de professores como “um processo de maturação conceitual que o professor constrói ao longo da vida, como aluno- professor e como profissional” (NÓVOA, 1992, p. 25). Essa maturação conceitual permite que o professor tome decisões cada vez mais acertadas em seu fazer cotidiano, por muni-lo de um arcabouço de conhecimentos que irão diferenciá-lo como um autêntico profissional, ou seja, alguém que possui um conhecimento específico para exercer uma função social.

Demo afirma que, [...] os professores necessitam de preparo específico, aprofundado e continuado para saberem ultrapassar o instrucionismo, tornarem-se autores, exercitarem pesquisa e elaboração com o objetivo de fazer de cada aluno autor. (2010, p. 12)

O instrucionismo é o lado oposto do conhecimento aprofundado. Significa a repetição de um comportamento por mera imitação, sem a devida reflexão sobre o significado de tais práticas. É o que acontece quando os professores iniciantes, por meio do que Garcia (2010) chama de aprendizagem informal, “vão recebendo modelos com os quais vão se identificando pouco a pouco, e em cuja construção influem mais os aspectos emocionais do que os racionais”.(GARCIA, 2010, p.13). Argumenta o

autor:

Pois bem, se revisarmos as redes curriculares dos programas de formação docente, encontraremos uma clara fragmentação e descoordenação entre os diferentes tipos de conhecimento aos quais nos referimos. Os conteúdos disciplinares e os conteúdos “pedagógicos” se apresentam, de modo geral, de maneira isolada e desconexa

Esta fragmentação apontada pelo autor pode também ser observada nos modelos de formação continuada oferecidos usualmente. Algumas são estritamente voltadas para o conteúdo ensinado (as disciplinas curriculares), outras estritamente voltadas para o lado pedagógico, ou o *como se ensina*.

Há, ainda, além da necessidade da formação voltada para a inserção dos professores iniciantes, a questão da resistência dos professores com mais anos de profissão a aceitar inovações em suas práticas pedagógicas. O tradicional pensamento de que a experiência, contada em anos de trabalho, é suficiente para que alguém seja um professor experto, é refutada por Carlos Marcelo Garcia, que afirma:

Assim, a competência profissional do professor experto não é conseguida através do mero transcorrer dos anos. Não é totalmente verdade, como afirmava Berliner, que a simples experiência seja o melhor professor. Se não se reflete sobre a conduta, não se chegará a conseguir um pensamento e uma conduta experta. (GARCIA, 2010, p.28)

O artigo, portanto, divide-se em três partes, nas quais procuramos analisar as oportunidades de formação continuada oferecidas pelo município nos dois cenários apontados no início, desvelando qual a contribuição ou insuficiência destas formações tanto para os professores iniciantes como para os professores com mais tempo de carreira. Finalizamos com uma análise crítica das políticas de formação oferecidas aos professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS.

2 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REME

Num passado recente para ser professor na Educação Infantil bastava-se gostar de crianças e saber cuidar (higiene, alimentação, sono, etc.). Por conta do assistencialismo que durante grande período prevaleceu nas creches, percebemos que ainda hoje, quando se pensa em professor de Educação Infantil, é comum vir à mente alguém que dará sequência aos cuidados maternos, como uma babá melhor informada. Essa imagem não está presente apenas no senso comum, ela se instaura muitas vezes também no ambiente escolar.

Conforme o Ministério da Educação (MEC) informa:

No Brasil, a formação dos profissionais que atuam em educação infantil, principalmente em creches, praticamente inexistente como habilitação específica. Assinala-se que algumas pesquisas registram um expressivo número de profissionais que lidam diretamente com criança, cuja formação não atinge o ensino fundamental completo. Outros concluíram o ensino médio, mas sem a habilitação de magistério e, mesmo quem a concluiu, não está adequadamente formado, pois esta habilitação não contempla as especificidades da educação infantil (BRASIL,

Campo Grande–MS, até o ano de 2007, corroborava com essa visão de assistencialismo, pois as creches e CEINFs não faziam parte da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), mas da Secretaria de Assistência Social (SAS). Com o decreto n.10.000, de 27 de junho de 2007, finalmente estes passam a fazer parte do sistema municipal de ensino. De acordo com o decreto, publicado no Diário Oficial de Campo Grande (DIOGRANDE) cabe, portanto, à SEMED (grifo nosso):

- a. Coordenar a elaboração da **proposta pedagógica** de cada CEINF; [...]
- b. Designar recursos humanos ocupantes de cargos do Grupo Magistério para atuar nas atividades docentes e pedagógicas;
- c. **Estabelecer os mecanismos para formação, capacitação dos recursos humanos** dos CEINFs, em articulação com a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Assistência Social; [...] (CAMPO GRANDE, 2007, p.2)

O CEINF (centro de educação infantil) deve organizar condições para que as crianças interajam com adultos e com outras crianças. Deste modo, acreditamos que a creche possa ser efetivamente um espaço que possibilite o brincar e a aprendizagem, que sejam consideradas como equipamentos educacionais e não apenas assistenciais, nem tampouco um espaço apenas para que as mesmas possam estar juntas, mas, com a imprescindível integração das funções primordiais da Educação Infantil de cuidados e educação. Para que isso ocorra diversas ações que iniciam por meio de formações de professores que fomente uma visão de um espaço com ações planejadas, evidenciando o cuidar e educar como um processo único, visando uma Educação Infantil sendo um espaço que promove aprendizagens e cuidados.

A responsabilidade sobre a formação e capacitação dos docentes da educação infantil ficou sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Educação, e os professores e outros profissionais da educação nela inseridos puderam ter a oportunidade de participar dos eventos de formação continuada e dos cursos de pós-graduação oferecidos pela prefeitura em parceria com entidades de ensino superior.

Do ponto de vista histórico, vem-se tentando superar a polarização entre assistência e educação. Porém, sabe-se que o surgimento da Educação Infantil nos remete ao fato de que ela surge com caráter assistencialista, tendo como princípio básico o cuidar, abrindo precedentes para que sejam negligenciadas as reais necessidades da criança, tornando-se muitas vezes apenas um depósito de crianças.

No que se refere à formação inicial exigida, em âmbito nacional, em 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE), proferiu como meta, chegar em 2010 com 70% dos professores da educação infantil com diploma de nível superior. Na realidade educacional brasileira, uma boa parte dos professores que atuam na educação infantil possui apenas formação de nível médio, um preparo insuficiente para atender as necessidades educacionais dos alunos.

Marangon (2012, p.30) registra essa disparidade na instrução do professor da Educação Infantil, afirmando:

Segundo o censo escolar 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira (Inep), apenas pouco mais da metade dos professores que atuam nesse segmento possui graduação (56,91%). Do restante, 41,89% têm o ensino médio e 1,19% ainda atua com apenas o ensino fundamental, o que equivale a 4.880 educadores espalhados pelo Brasil.

Mesmo diante dessa realidade, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera a LDB para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, **como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.** (BRASIL, 2013, p.1), (grifo nosso)

Essa mudança na legislação que regulamenta a profissão dos professores que atuam na educação infantil é, a nosso ver, um retrocesso. Campo Grande, neste sentido, possui um diferencial no entendimento do que é necessário para garantir uma educação de qualidade para as crianças pequenas, exigindo, a fim de ingresso em concurso público e mesmo em contratos temporários, de acordo com a Resolução CME/MS N. 1.203, de 7 de abril de 2011, que:

§2º Para coordenar o trabalho pedagógico na Educação Infantil, o profissional deve ter graduação em Pedagogia com ênfase na área.

Art. 36. A formação de docentes, para atuar na Educação Infantil, far-se-á em instituições de educação superior, em cursos de licenciatura plena na área de atuação. (CAMPO GRANDE, 2011, p.297)

Os professores que atuam na Educação Infantil são considerados norteadores do conhecimento e assim necessitam de uma formação profissional específica como os cursos de graduação de Pedagogia, pois a licenciatura está de acordo com a Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006 do MEC/Conselho Nacional de Educação:

Art. 2º - As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006b).

Em janeiro de 2014 houve um grande avanço no que tange a gestão da educação infantil no município de Campo Grande, que de 2007 a 2014 promovia uma gestão compartilhada entre secretaria de assistência social e secretaria municipal de educação, a partir do decreto n. 12.261, de 20 de janeiro de 2014, dispõe sobre o funcionamento dos centros de educação infantil e obrigações do órgão de gestão a secretaria municipal de educação. Passando a ser totalmente administrada pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), não mais compartilhada com a secretaria

de assistência social.

No decreto dizia que:

Fica estabelecido no artigo 1º, inciso **V**- gerenciar as atividades de recursos humanos, responsabilizando-se: a) pela designação de recursos humanos ocupantes de cargos do Grupo Magistério para atuar nas atividades docentes e pedagógicas; b) pelo estabelecimento dos mecanismos para formação e capacitação dos recursos humanos dos CEINF's. (CAMPO GRANDE, 2014, p. 02)

Porém desde 2007, as gestões pedagógicas já estavam sendo realizadas pela secretaria de educação, porém os recursos financeiros eram administrados pela assistência social, esse embate travava uma grande discussão entre os fóruns de discussões da educação infantil no município, em que apontavam um retrocesso a secretaria de assistência social continuar sendo gestora, mesmo que compartilhada, tendo em vista que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e que deveria ser administrada pela secretaria de educação.

Apartir da nova gestão da SEMED, as formações de professores foram reestruturadas para que atendesse as orientações da rede e também as específicas de cada CEINF, com suas peculiaridades. As formações realizadas pelo espaço de formação da rede acontecem de quatro a cinco vezes ao ano. No CEINF as formações acontecem em dois momentos: toda semana com articulação da equipe pedagógica em momentos individuais de planejamento na instituição e em planejamentos de livre escolha, no qual a coordenação pedagógica organiza e orienta os estudos, também em encontros que acontecem coletivamente nas instituições com encontros bimestrais.

Professores da Educação Infantil da rede estão em busca de uma identidade do fazer pedagógico e mesmo de reconhecimento social, pois estão ainda em processo de quebra de paradigmas e de novas orientações. “A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto” Nóvoa (1992, p.16).

A partir do momento em que as instituições formadoras repensem essa formação que estão proporcionando aos seus alunos e futuros professores, colocando em seu currículo tanto o necessário saber teórico quanto a necessária interação com a criança, poderemos caminhar para uma prática profissional mais reflexiva e atual, que promova o respeito ao contexto em que alunos e professores estão inseridos. É necessário, ainda, que as Secretarias de Educação promovam efetivamente políticas de inserção de professores iniciantes, a fim de diminuir o impacto da entrada desses profissionais em um ambiente que naturalmente já é desafiador.

Defendemos aqui uma ideia de CEINF que se torne parte do processo de conhecimento e ativo vivenciado pela criança com interação com a realidade e esta construção é essencialmente coletiva, onde reúnem crianças diversas, onde interagem entre si e com a professora, que também traz suas experiências e conhecimentos.

ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Segundo dados da prefeitura municipal de Campo Grande, o município conta com 84 escolas municipais na área urbana e 9 escolas na área rural que oferecem o ensino fundamental. (CAMPO GRANDE, 2012, p. 158). O currículo do ensino fundamental do 1º ao 9º ano, na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS é fundamentado no Plano Municipal de Educação 2007-2016: o futuro da educação é a gente que faz (CAMPO GRANDE, 2007) e no Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino (CAMPO GRANDE, 2008), os quais estão em consonância com os documentos oficiais que legitimam a educação no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Qual a concepção de formação continuada presente nestes documentos e como ela se materializa no cotidiano dos professores que atuam na Rede Municipal de Educação?

O Referencial Curricular da Rede Municipal de Educação afirma que a escola deve superar a dicotomia entre o pensar e o fazer na educação, ou seja, ir além da visão de que o professor é meramente um executor de práticas educativas elaboradas pela equipe técnica da secretaria de educação ou mesmo da unidade escolar. Reconhece que numa proposta pautada pela reflexão, a formação continuada deve ser permanente, e em serviço “garantida por meio do investimento no Programa de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino (REME)”. (CAMPO GRANDE, 2008, p. 37). Contudo, entende que o principal promotor da formação continuada e dos conhecimentos do professor seria a equipe técnica da Rede. Assim, o Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino afirma:

Nessa proposta, a equipe técnica pedagógica da escola é vista como a grande responsável pela organização, promoção e execução dos eventos de formação continuada, no trabalho dos profissionais da educação na escola. Sabemos que os estudos dos professores não se restringem aos momentos de formação por meio de cursos, palestras e oficinas pedagógicas, mas prosseguem em outros momentos na escola, com a mediação da equipe técnica pedagógica que propicia sessões de estudo, com acesso à fundamentação teórica e a aplicabilidade na prática pedagógica, nas próprias unidades escolares. A equipe técnica pedagógica é responsável pelo cultivo da prática da leitura e da pesquisa dos professores. (Idem, p.38).

O programa de formação continuada a que se refere o Referencial Curricular está previsto no Plano Municipal de Educação 2007-2016 (CAMPO GRANDE, 2007). Citando o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o qual assegura que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, por meio, entre outros, do aperfeiçoamento profissional continuado e de período reservado a estudos, planejamento e avaliação (BRASIL, 2006), o PME enfatiza que:

A formação e a valorização dos profissionais da educação pressupõem um processo de desenvolvimento permanente, composto pela formação inicial, prévia ao

exercício de funções, e a formação em serviço ou continuada, durante o tempo de exercício profissional, ao longo da carreira, e pela garantia de condições de trabalho, remuneração e carreira. (CAMPO GRANDE, 2007, p. 131)

No referido documento, a fim de estabelecer uma política de formação do profissional da educação básica, foram elencadas diretrizes, objetivos e metas, nas quais destacamos (grifo nosso):

- Estimular o estabelecimento de **parcerias e convênios** entre os órgãos próprios do sistema de ensino e instituições de educação básica, como as IES, para oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.
- Estabelecer **mecanismos para garantia** de política de formação inicial e continuada [...] (CAMPO GRANDE, 2007, p. 133)

Estes objetivos e metas demonstram que a política de formação continuada na REME está assegurada em seu instrumento legal, o PME. Com efeito, no ano seguinte à implementação do Plano Municipal de Educação, foram realizadas ações de formação importantes, sendo que 1.357 profissionais receberam formação na área da Educação Especial, 416 para Educação e Diversidade, 1.835 na Educação Infantil, 140 ingressaram na Pós-graduação, 45 no Programa Brasil Alfabetizado, 2.192 em Tecnologia Educacional e 4.300 participaram do Programa de Formação Reflexiva (CAMPO GRANDE, 2009b, p. 86).

O programa de formação reflexiva consiste em encontros em escolas pólo, reunindo professores e equipe técnica da SEMED. Estes encontros aconteceram sistematicamente, numa média de 4 encontros por ano, nos anos de 2008 a 2011.

O investimento da prefeitura em formação continuada resultou no oferecimento de cursos de pós-graduação em várias áreas de conhecimento, numa política voltada para “ações focadas na valorização profissional dos professores, programas sistemáticos e frequentes de formação e aperfeiçoamento profissional, de atualização de conhecimentos e de práticas pedagógicas.” (CAMPO GRANDE, 2011, p. 100.) De acordo com dados da prefeitura, no período de 2005 a 2010 a SEMED ofereceu 13 cursos em nível de pós - graduação a 1.785 profissionais da educação. Essa formação em nível de pós-graduação teve também impacto na remuneração dos professores, pois o município possui um plano de cargos e carreira que prevê aumento salarial com mudança de titulação. Pelos dados fornecidos pela SEMED, em 2005 a folha de pagamento dos professores custava à prefeitura R\$ 102.419.902,66 e em 2010, com a mudança de titulação dos professores pós-graduados *lato sensu*, essa folha atingiu R\$ 197.448.723,39.

A tabela abaixo, disponível em CAMPO GRANDE (2011, p. 96) mostra o aumento dos investimentos da prefeitura nos cursos de pós-graduação (*lato sensu*) no período de 2005 a 2010:

TABELA 58 INVESTIMENTO EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA REME.

INVESTIMENTOS (R\$)	PÓS-GRADUAÇÃO					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	227.508,00	545.865,00	576.166,00	1.280.000,00	787.686,00	835.732,00

Fonte: GOF/SEMED

Os cursos de pós-graduação oferecidos foram voltados para diversas áreas do conhecimento, conforme pode ser demonstrado a seguir. (CAMPO GRANDE, 2011, p. 98):

TABELA 59 RELAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERECIDOS PELA SEMED/2005-2009.

ANO	CURSO	INST. PARCEIRA	N. PART.
2005	1. Políticas públicas e gestão escolar no contexto intercultural.	UCDB	150
2006	2. Organização do trabalho pedagógico do professor alfabetizador na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	IESF	584
2006	3. Organização do trabalho pedagógico em educação matemática do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental	UNIDERP	202
2007	4. Práticas pedagógicas interdisciplinares, com ênfase em História, Geografia e Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental	UCDB	120
2007	5. Teoria e prática da Educação Física: um enfoque na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	IESF	79
2007	6. Formação Docente: leitura e escrita e suas tecnologias nos anos iniciais do Ensino Fundamental	IESF	36
2008	7. Leitura e escrita nos iniciais do Ensino Fundamental: ênfase na alfabetização.	IESF	98
2008	8. Língua Portuguesa: uma abordagem textual nos anos finais do Ensino Fundamental	UCDB	100
2008	9. Língua Inglesa: linguagem e metodologias	UCDB	36
2008	10. Coordenação do trabalho na escola: ênfase na gestão pedagógica e inspeção escolar	IESF	100
2008	10. A educação especial numa perspectiva inclusiva	UEMS	40
2008	11. Leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental: ênfase na alfabetização	IESF	100
2009	12. Pós-Graduação Lato Sensu Arte-Educação Contemporânea: olhares criativos, para educadores da REME.	IESF	40
2009	13. Pós-Graduação Lato Sensu Gestão da Sala de Aula e suas metodologias dos anos iniciais do Ensino Fundamental para educadores da REME.	IESF	100
TOTAL DE CURSISTAS			1.785

Fonte: CEFOR/SEMED

Percebemos que a política de formação de professores em Campo Grande, no período descrito acima, foi expressiva. Porém, nos últimos três anos tanto a oferta de cursos de pós-graduação como os encontros em escolas pólo sofreram um decréscimo, resultando em poucos momentos de formação continuada significativa. Concordamos que “não obstante a política de valorização dos profissionais da educação já ter conseguido avançar em determinados aspectos, muito ainda há de ser feito para resgatar a dignidade desse ofício, que foi tão vilipendiado ao longo da história” (CAMPO GRANDE, 2007, p. 132). Entendemos que esse “muito que ainda há de ser feito” deva envolver ações que promovam uma formação continuada de

qualidade, que alie aspectos teóricos e pedagógicos; e que haja uma preocupação maior do município com os professores em início de carreira, que necessitam de programas de acompanhamento profissional que atuem além das tradicionais oficinas de formações continuadas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tardif (2000, p.20), ao referir-se ao impacto aparentemente insuficiente das formações continuadas no fazer pedagógico dos professores, argumenta:

Na verdade, eles terminam sua formação sem terem sido abalados em suas crenças, e são essas crenças que vão se reatualizar no momento de aprenderem a profissão na prática, crenças essas que serão habitualmente reforçadas pela socialização na função de professor e pelo grupo de trabalho nas escolas, a começar pelos pares, os professores experientes.

Neste contexto, não se pode considerar as tradicionais oficinas de formação continuada oferecidas pelas redes de ensino como uma espécie de panacéia para os problemas educacionais. Nos encontros de formação, além da atualização constante e necessária dos conteúdos disciplinares, tendo em vista que os saberes acadêmicos não são imutáveis, faz-se também necessário o tratamento dos saberes ligados às questões pedagógicas, ao processo de ensino, ao saber ensinar.

E, neste contexto, o que Shön (2000) chamou de “epistemologia da prática” deve ser valorizado. É no interior das salas de aula, sejam da Educação Infantil ou das classes de alfabetização do Ensino Fundamental, que os professores põem à prova os saberes profissionais, quando necessitam tomar decisões rápidas em meio aos diversos problemas e situações ocorridas no cotidiano escolar. Esse saber deve ser valorizado nas formações continuadas promovidas pelas secretarias de educação, disponibilizando espaços onde os professores possam, conforme argumenta Garcia (2010), questionar coletivamente as formas de ensino:

Os pesquisadores concluem que as possibilidades de melhorar o ensino e a aprendizagem se incrementam quando os professores chegam a questionar de forma coletiva rotinas de ensino não eficaz, examinam novas concepções do ensino e da aprendizagem, encontram formas de responder às diferenças e aos conflitos e se envolvem ativamente em seu desenvolvimento profissional.

Nossa pesquisa apontou, portanto, para o caráter inovador da Secretaria Municipal de Educação em apostar e investir na formação continuada, principalmente no que se refere ao oferecimento sem ônus de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Porém, entendemos que há espaço para mais investimentos e ações da SEMED a serem incluídas em sua política de educação, além das metas de governo, transfigurando-se em verdadeiras metas de Estado, que não seriam, portanto, descontinuadas. As metas do PME 2007-2016 devem continuar a serem perseguidas, e novas metas precisam ser planejadas, num processo que envolva os profissionais da educação e venham ao encontro das suas reivindicações, anseios e necessidades. Pretendemos

que os resultados de nossa pesquisa, ao seu término, possam servir de contribuição à Rede Municipal de Ensino de Campo Grande e, quiçá, incorporadas à sua política de formação de professores, principalmente com relação à falta de uma verdadeira política de inserção de professores iniciantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n. 9.394 de 20 dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília/ DF: Diário da Oficial da União, Ano CL, n.65, 5 de abr./2013. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=05/04/2013>> Acesso em: 17 out./2013.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília: SEF/DPEF/COEDI, maio, 1998b.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação 2007-2016: O futuro da educação é a gente que faz**. Campo Grande: SEMED, 2007

. **DECRETO N. 10.000, DE 27 DE JUNHO DE 2007**. Dispõe sobre o funcionamento dos centros de Educação Infantil municipalizados e obrigações dos órgãos de gestão compartilhada e dá outras providências. DIOGRANDE n. 2.339, de 13/07/2007.

. **DECRETO N. 12.260, DE 21 DE JANEIRO DE 2014**. Dispõe sobre o funcionamento dos centros de Educação Infantil municipalizados e obrigações dos órgãos de gestão e dá outras providências. DIOGRANDE n. 3.937, de 21/01/2014.

. Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle. **Relatório de Atividades 2009**. Campo Grande: SEPLANFIC, 2010

. Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle. **Relatório de Atividades 2010**. Campo Grande: SEPLANFIC, 2011a

. Secretaria Municipal de Educação. Superintendência de Gestão Estratégica. **Indicadores educacionais da REME**. Campo Grande: SEMED, 2011b

. **Deliberação CME/MS n.1.203, de 7 de abril de 2011**. Dispõe sobre a organização, o credenciamento e a autorização de funcionamento da Educação Infantil do sistema municipal de ensino de Campo Grande - MS e dá outras providências. DIOGRANDE n. 3.276, de 13/5/2011

. Instituto Municipal de Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 19 ed. rev. Campo Grande: PLANURB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura.

_____. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de maio de 2006b, Seção 1, p. 11.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola** – Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARANGON, C. A PRÁTICA É AMIGA DA TEORIA, Experiências de estágios supervisionados e residência pedagógica permitem refletir e dimensionar os fazeres da profissão docente. **REVISTA EDUCAÇÃO INFANTIL**: A construção do professor, motivações, desafios e o perfil docente. São Paulo: Segmento, n. 02, p.34-35, Julho/Agosto. 2012.

GARCIA, C. M. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, v. 02, n. 03, p. 11-49, ago./dez. 2010. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso em 18/10/2013.

NÓVOA, A. **Os professores e suas histórias de vida**. In: NÓVOA, A. (Org). Vidas de professores. Coleção Ciências da Educação, Vol. 4. Porto: Porto Editora, 1992.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. In: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Jan/fev/mar/abr, 2000, n. 13 ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

SCHÖN, D.A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-099-5

